Caracterização e identificação das demandas das Câmaras Setoriais do agronegócio paulista de 2011 a 2020[1]

Characterization and identification of the demands of Sectorial Chambers of agribusiness in São Paulo from 2011 to 2020

Rosana de O. Pithan e Silva; Carlos E. Fredo, Terezinha J. F. Franca; Silene M. de Freitas
Instituto de Economia Agrícola
rosana.pithan@sp.gov.br; cfredo@sp.;gov.br; terezinha.franca@sp.gov.br; silene.freitas@sp.gov.br

Grupo de Trabalho (GT) 02. Governança e gestão do agronegócio

Resumo: As Câmaras Setoriais (CSs) são um fórum de discussão de diferentes elos das cadeias produtivas que tratam interesses coletivos. Estes poderão ser encaminhados pelas CSs como reinvindicações ao poder público e, assim, transformarem-se em políticas públicas. Objetivou-se compreender o funcionamento das CSs do agronegócio paulista, sua eficácia em subsidiar a formulação de políticas públicas e identificar as principais reivindicações de cada uma delas. A partir da leitura das atas das reuniões de 2011 a 2020, os assuntos abordados em cada CS foram categorizados em grupos e classificados em temas e subtemas, totalizando 1.781 registros e sistematizados em banco de dados. Constatou-se: irregularidade na frequência de reuniões e predomínio de discussões de temas gerais, em detrimento de reivindicações, e baixo número de demandas resolvidas. Isso, leva à reflexão do porque as CSs têm problemas para efetivar soluções para as cadeias produtivas, não cumprindo o seu papel de propor políticas.
Palavras-chave: Câmaras Setoriais, políticas públicas, demandas, agronegócio paulista,

Abstract: Sectorial Chambers (CSs) are forum made up of different links in the production chains that discuss collective interests. These may be forwarded by the CSs as demands to the public power and, thus, become public policies. The objective was to understand the functioning of the São Paulo agribusiness SCs, their effectiveness in subsidizing the formulation of public policies and identify the main claims of each one of them. For this, based on the reading of the minutes of the meetings from 2011 to 2020, the subjects addressed in each CS were categorized into groups and were classified into themes and sub-themes, totaling 1,781 records, systematized in a database. We found: irregularity in the frequency of meetings and predominance of discussions on general themes, to the detriment of claims, and a low number of resolved demands. These lead to reflection on why the SCs have problems implementing solutions for the production chains, not fulfilling their primary role of proposing policies.
Key words*:* Sectorial Chambers, public policies, demands, agribusiness

[1] Os autores agradecem a colaboração da pesquisadora científica do Instituto de Economia Agrícola, Marisa Zeferino.

1. Introdução

As Câmaras Setoriais (CSs) são instrumentos de políticas públicas, um espaço privilegiado, onde diferentes elos das cadeias produtivas se reúnem de forma colegiada e representativa, para trazer e debater seus interesses, individuais e coletivos, e quando necessário, serem encaminhados como demandas ao poder público. Por meio de decisões técnicas e políticas, as demandas podem se tornar políticas públicas ou as transformarem. As CSs agilizam a concepção e a implementação de políticas públicas, com ganho de objetividade e tempo na resolução de problemas setoriais, além de atender às reais necessidades dos diversos setores.

A partir da década de 1980 as CSs surgem no Brasil dando ao setor privado um papel maior na regulação e procura de soluções organizadas para desempenhar algumas funções antes de competência do Estado, utilizando-se de novas estratégias para que pudessem autorregular o setor a que estavam inseridas e tivessem a possibilidade de provocar mudanças institucionais favoráveis a esses (SCHIMIDTKE et al, 2006).

Ao Estado coube adotar novas configurações incluindo atores e processos na administração pública que o leva a ter relações com a sociedade civil. Grupos privados passaram a "exercer um papel mais dinâmico na regulação e busca de soluções para as questões dos diferentes setores, de uma forma sistêmica" (PITHAN-SILVA, 2009). Nesse novo contexto, a sociedade civil integra e fomenta a definição de diretrizes para a implantação de políticas públicas (PITHAN-SILVA, 2009).

Segundo Guanziroli et al (2007),

> "A criação das Câmaras Setoriais teria servido, assim, para amenizar a racionalidade limitada do Estado, o que impactaria no aumento da eficácia dos interesses de ambos os setores: de um lado o público que pode tornar suas políticas mais legítimas e de outro, o privado, que consegue um ambiente institucional mais favorável às suas atividades. "

Apenas na década de 1990 as CSs foram organizadas no país para atender o setor agropecuário. O estado de São Paulo, em 1991, deu início ao processo de sua implementação tornando-as instrumento de auxílio ao poder público (PITHAN E SILVA, et al, 2009). Assim, passaram a exercer um papel mais dinâmico junto ao Estado, trazendo pautas focadas nas necessidades das cadeias produtivas, apesar das diferenças nas suas dinâmicas de atuação e de funcionamento.

Tais colocações apontam no sentido da importância de compreender como têm ocorrido o desenvolvimento das CSs como indutoras de políticas públicas para o governo do estado de São Paulo no setor agropecuário e se têm atendido os objetivos de subsidiar a formulação dessas no período de dez anos (2011 a 2020). Assim, o objetivo geral do trabalho foi compreender se este modelo tem atendido seus objetivos de subsidiar a formulação de políticas públicas por meio de pautas trazidas a debate nas reuniões das CSs. Como objetivos específicos busca-se compreender quais as principais demandas das cadeias produtivas dos agronegócios e se estas foram devidamente traduzidas em soluções para o desenvolvimento delas.

A partir desta contextualização, sobre o papel da CSs, esse artigo apresenta a seguir um breve histórico da criação das CSs das diversas cadeias produtivas do agronegócio paulista.

2. Histórico

Em setembro de 1991 o governo paulista encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) o Projeto de Lei nº 797 para criar o Conselho de

Desenvolvimento Rural e as CSs especializadas em produtos, insumos, comercialização, armazenamento, transporte, crédito, seguro e outros componentes da atividade rural no estado de São Paulo, conforme previsto na Constituição Paulista de 1989 (SÃO PAULO, 1991). O projeto foi transformado em lei, em 06 de abril de 1992 (SÃO PAULO, 1992).

A ideia era que o poder executivo estimulasse a criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDRs) e dos Conselhos Municipais. Este último teria o papel de levantar suas necessidades e encaminhá-las aos CRDRs. As CSs deveriam ser definidas e instaladas pelo titular da pasta, que designaria seus membros. Os participantes do CRDRs poderiam ser designados para integrar as CSs (SÃO PAULO, 1991), tornando-as, nesses casos, órgãos de apoio dos conselhos regionais. (SÃO PAULO, 1992).

Em 1995 haviam 14 CSs[2], que segundo a lei, deveriam trabalhar em consonância com os Conselhos para que as demandas originadas nos municípios chegassem até os CRDRs e CSs. Após isso, haveria a validação das ações propostas (caminho inverso) pelos Conselhos. Nesse período, as CSs se caracterizaram por ter um comportamento mais reivindicatório, sem planejamento e de caráter auto regulatório (PITHAN-SILVA et al, 2009).

TAKAGI (2000) estudou as CSs paulistas e as transformações das relações entre representações de grupos privados e o Estado, visando analisar os fatores que fortaleciam e os que dificultavam a continuidade de arranjos público-privado. A autora identificou uma mudança paulatina do caráter de funcionamento das câmaras agroindustriais: de uma primeira fase em que predominou a visão reivindicativa, para outra, quando o papel dos grupos privados cresceu na formulação e implementação de políticas para as cadeias produtivas.

Em 1997, nova gestão na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP) reorganizou as CSs por meio da Resolução nº 12, de 17/07/1997, justificando a necessidade de trazer uma visão moderna ao setor rural que pretendia desvincular-se da visão de um país predominantemente agrícola para um setor agroindustrial. Tal posição exigiu uma "reengenharia da forma de atuação da SAA, buscando fóruns adequados para abrir canais de interação entre as esferas pública e privada" (BORTOLETO et al, 1997).

Tais ações envolveram a realização de diagnósticos, análises e perspectivas para 28 cadeias de produção, validados em workshops, cujos resultados foram debatidos com as lideranças das respectivas cadeias, no intuito de obter a "integração entre os vários setores que produzem ou dependem da produção, comercialização ou processamento de bens gerados na agricultura", entendendo-se isso, como uma imposição da globalização e da necessidade de entendimento da agricultura como parte do agronegócio (BORTOLETO et al, 1997).

A Resolução SAA-12, de 17/07/1997, traz a reorganização e a formação de 23 CSs, nove a mais que em 1995, e define claramente seus atuais objetivos:

> "As Câmaras Setoriais têm por objetivo apoiar a concepção, a formulação e a execução de políticas públicas voltadas ao fortalecimento e aumento de competitividade das cadeias produtivas relacionadas aos agronegócios paulistas" (SÃO PAULO,1997).

Em 01 de maio de 1998, em relatório publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (SÃO PAULO,1998), sintetizou-se os resultados do Plano de Metas "Agricultura paulista rumo ao ano 2000", e informou-se que havia ocorrido a reestruturação das Câmaras Setoriais cadeias produtivas, explicando que

> "... a complexidade da moderna forma de produzir no campo impõe novos meios de articulação do processo com a iniciativa privada. Os Agronegócios precisam ser analisados dentro de uma perspectiva integrada desde a produção até o consumo final dos produtos agropecuários. Com essa visão foram criadas as Câmaras Setoriais, formadas por

[2] Câmaras Setoriais: Açúcar e Álcool; Algodão; Aves e Ovos; Café; Carne Bovina; Carne Suína; Flores e Plantas Ornamentais; Frutas; Hortaliças; Cebola e Alho; Leite; Mandioca; Pescado e Trigo.

> representantes dos vários elos dos agronegócios, com a finalidade de definir diretrizes de atuação da Secretaria na pesquisa e difusão de tecnologia, assim como na gestão institucional e política" (SÃO PAULO, 1998).

Em 2010 existiam 28 CSs (SÃO PAULO, 2011) e em 2020, ano de corte da pesquisa, havia um total 32 CSs, sendo 29 Setoriais[3] e três Temáticas[4]. A estrutura de funcionamento e organização das CSs permaneceu orientada pela Resolução de 1997.

3. Material e Método

O cerne da metodologia desta pesquisa foi organizar um banco de dados com informações relativas a todos os assuntos discutidos nas reuniões das CSs da SAA-SP classificados em grupos temáticos. Para tal foram utilizadas as atas das reuniões de 2011 a 2020 disponibilizadas em site da SAA-SP, organizadas cronologicamente para cada CS[1]. Ao todo, estavam disponíveis 286 atas de um total de 296 reuniões no período. Dez atas não estavam disponíveis no formato digital (*on line*) ou em papel. Isso não inviabilizou o estudo.

Como primeira parte da metodologia, foi realizada uma leitura prévia das atas referente ao período de 2016 a 2020 que permitiu compreender a estrutura desse documento oficial das câmaras, no que concerne às informações registradas sobre cada reunião, como data, presidente da câmara, lista de presentes, local, assuntos abordados e encaminhados.

Sobre o encaminhamento das demandas discutidas em reuniões, foram propostas quatro categorias para classificação: exposição de assuntos gerais, demanda formalizada, em andamento e solucionada. A categoria "exposição de assuntos gerais" refere-se a assuntos gerais trazidos na forma de palestras, exposições e outros que não se constituem demandas para a SAA-SP. As outras categorias aludem ao fluxo das "demandas" dos membros. Assim, quando um novo assunto era sugerido por algum membro e aprovado pela maioria, a demanda era classificada como formalizada. A cada retomada desse assunto em reuniões posteriores, a demanda era classificada como em andamento, até ser resolvida, quando mudava-se para o status de "solucionada". A solução de uma demanda poderia ser resolvida, conforme o caso, pela própria CS ou encaminhada ao Gabinete do Secretário e/ou outros órgãos internos ou externos à pasta, responsáveis pelo tema para sua possível solução.

A etapa das leituras também contribuiu para identificar 10 temas e 78 subtemas correlacionados (Quadro 1). Para o nivelamento da equipe e entendimento comum, cada tema foi pesquisado e referenciado conforme necessário e ainda inserida a definição encontrada pela literatura.

Os conceitos de temas e subtemas utilizados, foram criados a partir da leitura das atas. Alguns não serão aqui definidos por serem autoexplicativos.

[3] Amendoim; Arroz; Aves e Ovos; Borracha Natural; Café; Caprinos e Ovinos. Carne Bovina; Cana-de-açúcar; Carne suína; Citros; Feijão; Flores e Plantas Ornamentais; Frutas; Fungicultura; Hortaliças, Cebola e Alho; Leite e derivados; Macadâmia; Mandioca; Milho; Olivicultura; Pescado; Produtos Florestais; Ratitas; Sericicultura; Soja; Sucos e Bebidas; Trigo e Uva e Vinho.

[4] Agricultura Ecológica; Insumos Agrícolas e Pecuários e Lazer e Turismos Rural.

Quadro 1. Temas e Subtemas relacionados às Câmaras Setoriais

Assistência Técnica e Extensão Rural	**Estratégias de Mercado**[5]
Difusão de Tecnologias	Certificação (selos)
Expansão da atividade	Comercialização
Fornecimento de sementes e mudas	Competitividade
Práticas agrícolas	Concursos de qualidade
Profissionalização de produtores e de trabalhadores	Indicação geográfica e marcas coletivas
Revitalização do auxílio técnico para produtores	Marketing (rotas, feiras e outros)
Treinamento/Capacitação (dias de campo e visitas técnicas)	Práticas nocivas de comércio
Fortalecimento da Cadeia Produtiva[6]	**Governança**[7]
Consumo	Canais Paralelos de Discussão de Problemas
Rastreabilidade	Comissões técnicas
Associativismo e Cooperativismo	Conflito de interesses entre os elos da cadeia
Boas práticas de Produção	Falta de apoio Institucional
Conhecimento do mercado de insumos (rede de fornecedores, localidade, etc.)	Frentes parlamentares
Controle dos produtos importados	Grupos de trabalho
Incentivos específicos na produção	Grupos técnicos
Informações gerais do setor (conjuntura, estatísticas e outros)	Interface com as câmaras setoriais federais
Logística (capacidade de armazenagem e transporte)	Organização da Câmara Setorial e de suas atividades (representatividade da Cadeia)
Nomenclatura p/ comercialização[8]	Parcerias em geral/Relações Interinstitucionais
Padronização/Classificação[9]	
Reconhecimento/maior apoio ao produto paulista	
Sustentabilidade	

(continua)

[5] São pontos referentes a estratégias que podem ser utilizadas para agregar valor e tornar o produto mais competitivo ou técnicas que auxiliam na comercialização do produto. Os subtemas são tipos de estratégias que podem ser usadas. Existem aqueles que possibilitam agregar valor ao produto como: *Certificação, concursos de qualidade, indicação geográfica e marcas coletivas, marketing (rotas, feiras e outros); Comercialização:* métodos e técnicas que auxiliam na comercialização dos produtos *e Práticas nocivas de comércio*: quando são usadas técnicas de comercialização que afetam outros elos da cadeia negativamente.

[6] Ações tomadas para fortalecer um produto no mercado: 1. *Associativismo e Cooperativismo:* adoção de práticas de associativismo e cooperativismo; *2. Boas práticas de produção:* fundamentadas nos princípios de medidas higiênico sanitárias para obtenção de produtos seguros aos consumidores (AGÊNCIA EMBRAPA, 2022). Procuram garantir o padrão de qualidade. Inclui manejo de insumos, do solo e de animais, rotação de culturas, limpeza do local, segundo regulamentos técnicos, etc.

[7] Decreto nº 9.203, de 22/11/2017, que trata a governança pública como um "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade" (GOVERNO DO BRASIL, 2017).

[8] *Nomenclatura para comercialização:* nomes definidos por lei para comercialização de produtos alimentares, utilizados para exportar e comercializar os produtos utilizados em documentos e notas fiscais.

[9] *Padronização e Classificação:* consiste em um sistema que mede e descreve a qualidade dos produtos, o que possibilita sua identificação. "A padronização consiste no estabelecimento de padrões através da portaria do MAPA, segundo os atributos qualitativos e quantitativos das mercadorias". A classificação consiste na comparação de uma amostra representativa da mercadoria com os padrões estabelecidos, enquadrando-a em grupo, classe e tipo. (MENDES, 2007)

(continuação)

Políticas Públicas e Agrícolas[10]	**Questões Ambientais**[11]
Compras Institucionais	Licenciamento
Arranjos produtivos locais	APP e Reserva Legal
Financiamento	Boas Práticas Ambientais
Política Pública para o Setor	Código florestal
Seguro rural	Risco ambiental
Turismo rural	
Zoneamento	
Legislação e Normatização	**Tributação**
Criação de marcos regulatórios (IN, leis, decretos)	ICMS
Criação e regulamentação de fundos	Incentivos
Esclarecimentos sobre Legislação e Normatização	PIS/COFINS
Licenciamento e regulamentação da atividade econômica	Taxas e contribuições (ex. taxa do GTA)
Regulação de comércio de sementes, mudas e produção	
Revisão de marcos regulatórios	
Questões Sanitárias[12]	**Pesquisa**[13]
Fiscalização (inclui adulteração no produto)	Desenvolvimento em linhas de pesquisas
GTA digital/PTV (Permissão de Trânsito Vegetal)	Diagnóstico da cadeia produtiva
Micotoxinas	Elaboração norma técnica
Agrodefensivos	Estatísticas (dados estruturais)
Fitossanidade	Estrutura da pesquisa pública estadual
Pragas, Doenças e outras competências da DEFESA	Estudos conjunturais e específicos
Regulamentação de defensivos	Tecnologias e Inovações
Resíduos tóxicos em alimentos	Zoneamento agrícola[14]
Sanidade Animal	
Saúde Pública, direitos e proteção ao consumidor	
Sistemas de controle (ex: Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal - GEDAVE)*	

Fonte: Dados da pesquisa

A estrutura das atas permitiu a elaboração de um sistema informatizado utilizando a ferramenta *Forms Microsoft* para registro das informações, composto das seguintes variáveis:

[10] Refere-se às principais políticas públicas adotadas, voltadas ao setor agrícola nos níveis municipal, estadual e federal.

[11] *Boas Práticas Ambientais:* na agricultura são as atitudes e formas de gestão que compõem um código para orientação e redução dos efeitos negativos das atividades humanas sobre o ambiente (PECHE FILHO, A, 2022).

[12] *GTA (Guia de Trânsito Animal:* documento oficial para transporte animal no Brasil. Contém informações essenciais de rastreabilidade (origem, destino, finalidade, espécie, vacinações, entre outros (GOVERNO, 2022)
PTV (Permissão de Trânsito Vegetal): documento emitido para acompanhar o trânsito da partida de plantas ou produtos vegetais, de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal (CDA, 2022);
Micotoxinas; são substâncias produzidas pelos fungos e que provocam efeitos tóxicos em animais e seres humanos (MASCARENHAS, 2021);
Agrodefensivos: são produtos químicos, físicos ou biológicos usados no controle de seres vivos considerados nocivos ao homem, sua criação e suas plantações. (SCHIESARI, 2022). Ex. *Minor crops.*

[13] Nesse item foram considerados apenas as demandas sobre pesquisa científica pelas Câmaras Setoriais em seus diferentes aspectos.

[14] *Zoneamento agrícola*, elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é um instrumento de política agrícola e de gestão de riscos na agricultura. Objetiva minimizar riscos relacionados aos fenômenos climáticos para identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares (MAPA, 2017).

a) Câmara Setorial; b) Ano da ata, c) Número da ata em relação ao ano; d) Encaminhamento; e) Tema principal; f) Subtema; g) Extrato do conteúdo da ata classificado; e h) Comentários.

Com a classificação e criação de temas e subtemas e o sistema informatizado, as atas do período de 2011 a 2020 foram distribuídas e lidas pelos membros e cada extrato de texto da ata foi classificado com as informações relacionadas. Ao término, foram totalizados 1.781 registros das atas que foram consolidados a partir da ferramenta *Microsoft Excel*.

4. Resultados

Esta seção apresenta os principais resultados obtidos a partir das informações coletadas em atas e sistematizadas no banco de informações da pesquisa. A primeira subseção aborda o número de encontros das reuniões das CSs ao longo de 2011 a 2020 e a segunda aborda os assuntos tratados nas reuniões, suas demandas e temas e subtemas que concentraram as discussões.

4.1 Periodicidade de reuniões

No período de 2011 a 2020, foram identificadas 286 reuniões de 32 Câmaras Setoriais, das quais três são temáticas e as demais de produtos da agropecuária (Tabela 1). Cada CS apresentou uma dinâmica diferenciada no número de encontros, evidenciando que algumas são mais ativas do que outras. Podemos observar que as CS de Pescado, Agricultura Ecológica, Borracha natural e Trigo tiveram destaque com elevado número de reuniões no período analisado. No entanto, algumas CSs quase não se reuniram. Isso ocorreu com a CS de Cana de açúcar (nenhuma reunião), enquanto outras como Arroz, Aves e Ovos, Ratitas e Soja fizeram pouco uso desse espaço para pleitos, com números inferiores a três reuniões ao longo de todo o período.

Há de se considerar também que algumas CSs passaram a existir formalmente durante o período que a pesquisa compreende, justificando um número menor de reuniões, como exemplos, as CSs de Macadâmia, Fungicultura, Olivicultura, Trigo e Suco e Bebidas. Nota-se que a de Macadâmia instituída em 2018, reuniu-se seis vezes em dois anos, com redução apenas em 2020 quando a pandemia da COVID-19 dificultou os trabalhos das CSs no geral.

Entretanto, em algumas que já existiam antes de 2011, pode-se constatar o número baixo de reuniões. Para além das citadas, incluem-se a de Feijão, Carne Suína, Carne Bovina e até a CS Temática de Lazer e Turismo Rural. Tais aspectos fazem com que a média geral de reuniões seja em torno de 1,01 reunião/ano.

Salienta-se que a Resolução SAA nº 12 de 2017 prevê quatro encontros anuais, seja por convocação do presidente da própria CS ou pelo Secretário Executivo (SÃO PAULO, 2017). A distribuição desigual no número de reuniões por ano, mostra que aquelas que tiveram menor frequência/ano de encontros podem ter comprometido a eficácia das discussões e busca de soluções.

Em contrapartida, no mesmo período analisado, outras CSs apresentaram maior frequência de encontros, a saber a de Café, Agricultura Ecológica e Uva e Vinho. Nesse grupo, inclui-se também a CS de Pescado que ao longo de todo período se reuniu pelo menos uma vez ao ano. Esse outro dinamismo, trouxe sempre novos pleitos e contribui para seu efetivo andamento efetivo.

Vários são os motivos para que ocorram ou não reuniões. Podemos citar: a) a dependência da atuação do presidente em exercício com relação à convocação de reuniões e sua capacidade de articulação dos assuntos a serem tratados; b) a existência de outros fóruns de discussão e encaminhamentos, como é o caso do Conselho de Produtores de Cana de Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA) e da Associação Paulista de

Avicultura (APA), fóruns eficientes que articulam seus problemas e encaminhamentos frente suas demandas; c) da gestão da SAA-SP, que ora fortalece o papel das CSs, ora pouco as prestigiam; e d) ou períodos de administração de secretários que utilizam as CSs como canais de divulgação de ações executivas.

Tabela 1. Número de reuniões por Câmara Setorial do Agronegócio Paulista, 2011 a 2020.

Câmaras Setoriais	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**Total de reuniões**
Agricultura Ecológica	2	5	6	3	1	1	1	0	1	0	20
Amendoim	0	0	1	3	3	1	1	1	3	1	14
Arroz	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Aves e Ovos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Borracha natural	0	1	4	3	3	3	1	0	3	1	19
Café	1	2	1	2	2	0	1	1	2	2	14
Cana de Açúcar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caprinos e ovinos	1	2	2	0	1	2	0	0	2	1	11
Carne bovina	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	4
Carne suína	1	0	0	0	0	1	1	0	2	0	5
Citros	0	0	0	2	4	3	1	0	3	0	13
Feijão	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	3
Flores e plantas ornamentais	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Frutas	2	4	3	0	0	2	1	3	0	0	15
Fungicultura	-	-	-	-	-	2	1	2	1	1	7
Hortaliças, cebola e alho	3	4	0	0	0	0	0	2	0	0	9
Insumos agrícolas e pecuários	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	9
Lazer e turismo rural	2	4	0	0	1	0	0	0	0	0	7
Leite e derivados	2	2	0	3	2	2	0	0	0	0	11
Macadâmia	-	-	-	-	-	-	-	3	3	0	6
Mandioca	1	1	2	1	2	2	0	0	0	0	9
Milho	3	4	4	2	0	1	0	0	0	0	14
Olivicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pescado	1	1	4	5	2	4	1	1	2	1	22
Produtos apícolas	0	0	0	1	3	1	2	1	3	0	11
Produtos florestais	1	2	1	1	2	7	1	0	0	0	15
Ratitas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sericultura	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0	2
Soja	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Sucos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Trigo	-	-	-	4	3	4	2	2	3	1	19
Uva e Vinho	1	1	1	0	2	0	2	2	3	3	15
Total de Câmaras	**29**	**37**	**31**	**31**	**35**	**38**	**17**	**19**	**34**	**15**	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da pesquisa.

Especificamente em 2020, a queda do número de reuniões pode ser explicada pela pandemia da Covid-19. Houve um processo de readaptação dos membros das CSs e técnicos da SAA cujas reuniões que eram presenciais passaram a ser *on line*, porém esse processo foi demorado, devido ao aprendizado de novas ferramentas e adequação da infraestrutura (equipamentos e qualidade e velocidade da *internet*).

4.2 Temáticas abordadas nas reuniões

Todos os assuntos tratados em reuniões das CSs foram organizados num banco de dados com 1.781 registros, classificados em temas e subtemas conforme apresentados na Seção 3, bem como as categorias para classificação: exposição de assuntos gerais para a cadeia ou demandas – formalizada, em andamento e solucionada (Figura 1).

A sistematização dos resultados evidenciou que 790 registros (44,4%) foram relativos a "exposição de assuntos gerais" (Figura 1) trazidas por diferentes membros. Se por um lado, observou-se que em todas as CSs o espaço de discussão tem cada vez mais sido usado para expor informações relevantes para as cadeias; por outro, a homogeneização do conhecimento entre os diferentes membros, mesmo que na forma de informativos, é importante no propósito de compartilhar e divulgar informações e experiências entre todos.

Essas exposições estão ligadas a inúmeras temáticas, conforme revelou a pesquisa, mas principalmente ao tema "Fortalecimento da Cadeia Produtiva" com apresentação de dados, fatos e resultados de pesquisas relacionados aos diferentes elos das cadeias produtivas. Notou-se, também, que algumas informações eram de empresas para divulgação de seus produtos, apoio técnico e prestação de serviços especializados, dentre distintos assuntos.

Os outros 991 registros de atas (55,6%) foram assuntos referentes a demandas definidas em reuniões. Para este universo, observou-se que 41,2% desses pleitos foram formalizados e registrados em atas e 54,6% se mantiveram em discussão ao longo de vários encontros, buscando alternativas de solução. Apenas 4,2% do total de demandas realizadas no período conseguiram ser resolvidas. Há um fluxo intenso de entrada de pedidos para resoluções de problemas, porém com resultados efetivos incipientes. Isso evidencia que as CSs, no período analisado, tiveram dificuldades de encontrar soluções para os seus pleitos. Cabe lembrar que, muitas vezes, esses devem ser tratados e resolvidos em outras instâncias competentes fora da SAA-SP o que nem sempre tem acontecido (Figura 1).

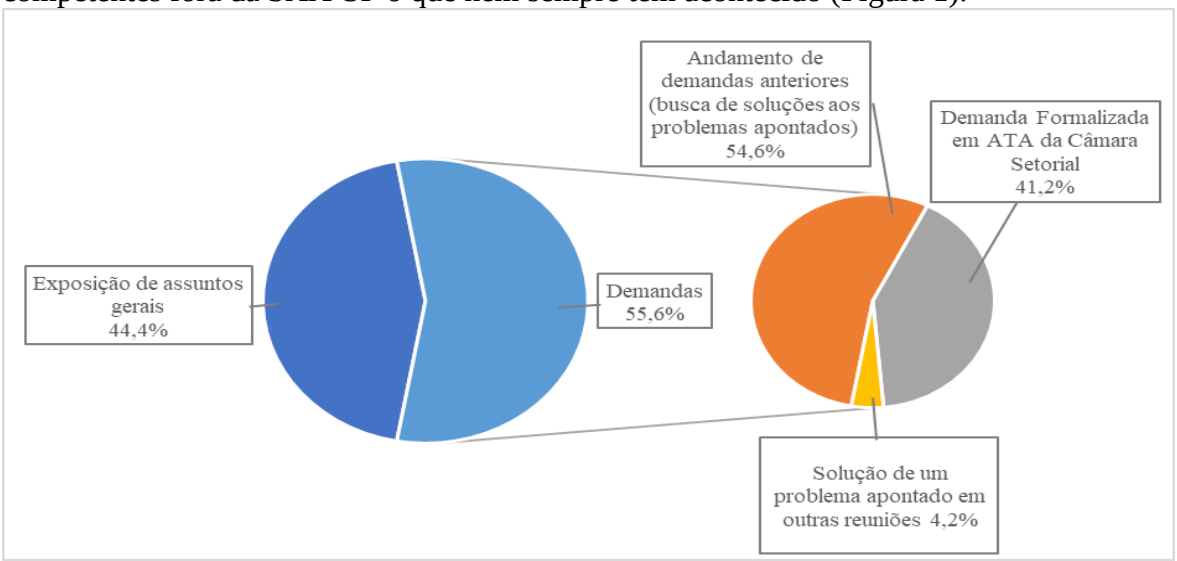


Figura 1 – Importância relativa dos assuntos para a pauta das reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

No total das demandas[15], o tema mais abordado foi "Governança", com 16,8% (Tabela 2). Esse englobou assuntos relacionados à formação de grupos de trabalho internos das CSs, formalizados pela SAA-SP que se constituíram 40,4% das discussões dentro do tema (Figura 2). Ainda nesse tema, houve preocupação de que todos os elos estivessem representados e presentes nas reuniões, concentrando 13,9% dos assuntos tratados. Outro subtema (12,7%) abordou a criação de grupos de técnicos para esclarecer decisões dos elos da cadeia produtiva.

Tabela 2 - Demandas abordadas por temas, CSs do Agronegócio, Estado de São Paulo, 2011 a 2020.

Temas	Total de demandas	%
Total de registros -	1781	100,0
Exposição de assuntos gerais	790	44,4
Demandas	991	55,6
Governança	166	16,8
Pesquisa	156	15,7
Legislação e Normatização	138	13,9
Questões Sanitárias	110	11,1
Políticas Públicas e Agrícolas	98	9,9
Fortalecimento da Cadeia Produtiva	97	9,8
Estratégias de Mercado	77	7,8
Tributação	69	7,0
Assistência Técnica e Extensão Rural	60	6,1
Questões Ambientais	20	2,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

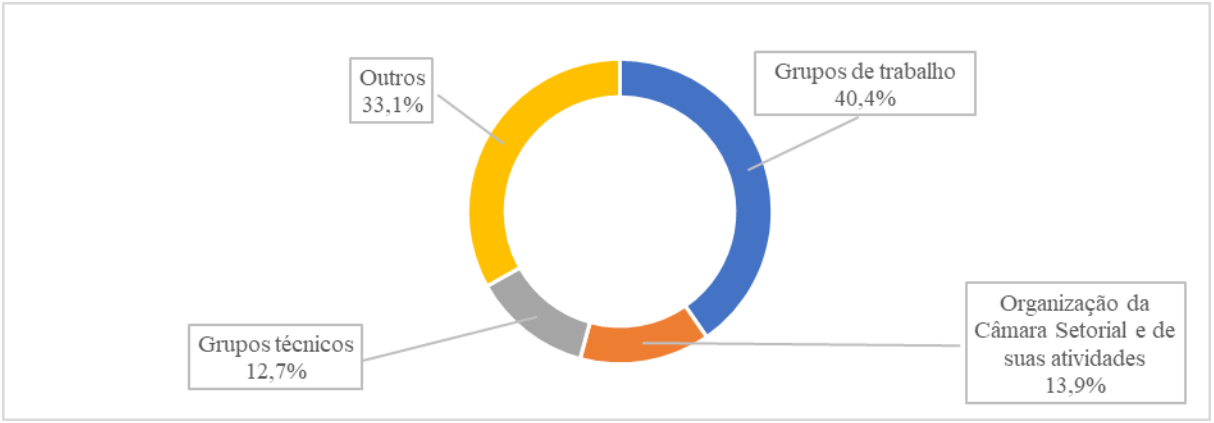


Figura 2 – Importância relativa dos subtemas da "Governança" (categoria demandas), nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

[15] A análise dos temas tradados em cada estágio das demandas demonstra que na categoria "andamento de demandas anteriores", os mais abordados nas reuniões foram "pesquisa" com 16,3%, "governança" com 15,9% e "legislação e normatização" com 14,4%. No caso de "demandas formalizadas em ata" os temas mais discutidos foram "governança" com 18,1%, "pesquisa" com 15,2% e "legislação e normatização" com 13,5% dos registros. Por sua vez, quanto a "solução de problema apontado anteriormente", os temas mais frequentes consistiram em "fortalecimento da cadeia produtiva", "governança", "pesquisa" e "políticas públicas e agrícolas" com 14,3% das ocorrências cada um.

O segundo tema mais abordado (colocado) foi a "Pesquisa" com 15,7% das demandas registradas. Os principais pleitos dos membros referiam-se à falta de estatísticas relacionadas à dados estruturais e conjunturais sobre as cadeias produtivas (23,7%). Outro subtema tratado foram linhas de pesquisas que pudessem contribuir ao desenvolvimento das cadeias produtivas com 22,4% dos pleitos tratados neste tema. Outros subtemas presentes foram "Estudos conjunturais e específicos" (16,0%) que atendam o desenvolvimento das cadeias produtivas, o que implica maiores investimentos em recursos humanos e em infraestrutura das instituições de pesquisa. (Figura 3). Estes resultados revelam a necessidade e importância de informações oficiais para o planejamento e gestão das cadeias produtivas e, assim como foi uma demanda proposta e solucionada na CS de Milho, outras CSs mostraram necessidade por dados oficiais que pudessem ser utilizados para subsidiar tomadas de decisão.

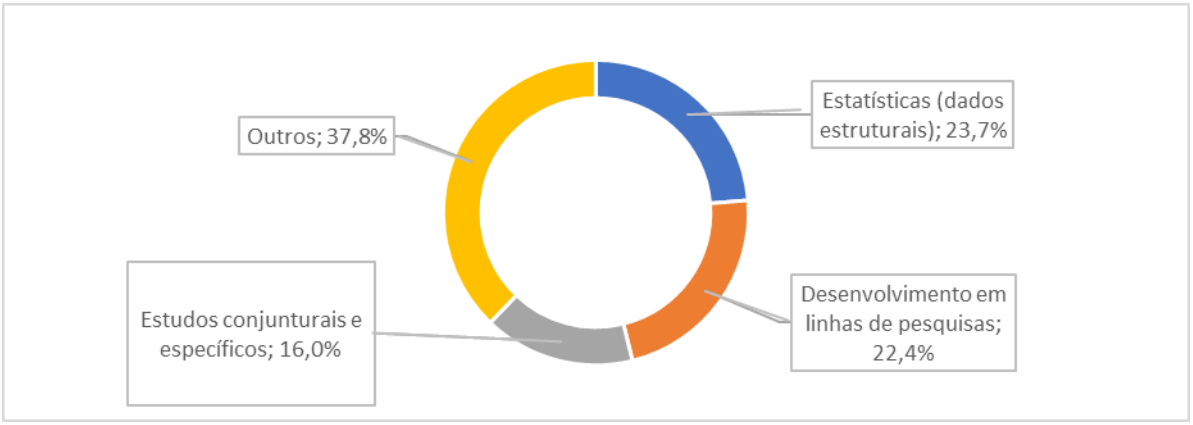


Figura 3 – Importância relativa dos subtemas da "Pesquisa" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

"Legislação e Normatização" foi o terceiro tema mais abordado nas CSs e registrou 13,9% das demandas. Nele, concentraram-se principalmente a revisão de marcos regulatórios com 44,9% das demandas, que segundo a percepção dos membros, ou estavam defasados ou equivocados e mereciam ser revistos. Paralelamente à revisão de leis e normas está a necessidade das CSs em "Esclarecimentos sobre legislação e normatização" com 18,8% (ex. como incidem impostos, revisão de conceitos em legislação e normas (Figura 4). Sobre esse tema, destaca-se que as cadeias produtivas são dinâmicas, assim como o mercado, além de adotar alterações em resposta às mudanças resultantes da pesquisa e inovação tecnológica disponíveis, mostrando que os setores estão atentos às novas necessidades para desenvolvimento das cadeias produtivas. Dessa forma as legislações e normas devem apresentar o mesmo dinamismo para atender à realidade e necessidades das diferentes cadeias produtivas.

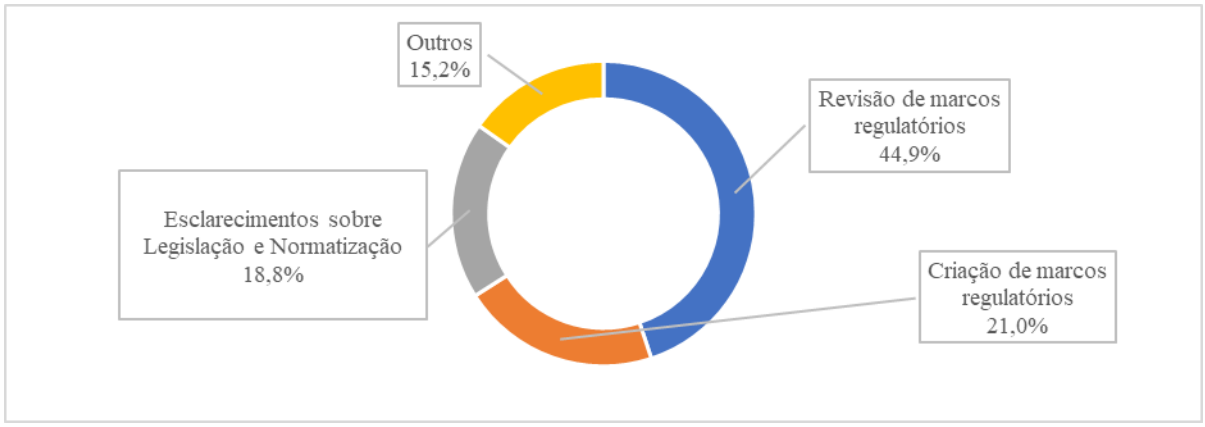


Figura 4 – Importância relativa dos subtemas da "Legislação e Normatização" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

O quarto tema mais abordado consistiu em "Questões sanitárias", principalmente no que se refere a "Fitossanidade" com a participação de 23,6%, seguido por "regulamentação de defensivos" (15,5%), "Agrodefensivos" (10,0%) (Figura 5). É o caso da CS de Fungicultura na questão sobre uso de defensivos agrícolas, regularização de novos produtos, entre outros. Nas CS que tratam de *minor crops* o tema regulamentação de defensivos é muito frequente, visto que os produtores enfrentam um vácuo entre a proibição de uso e determinação de novos produtos.

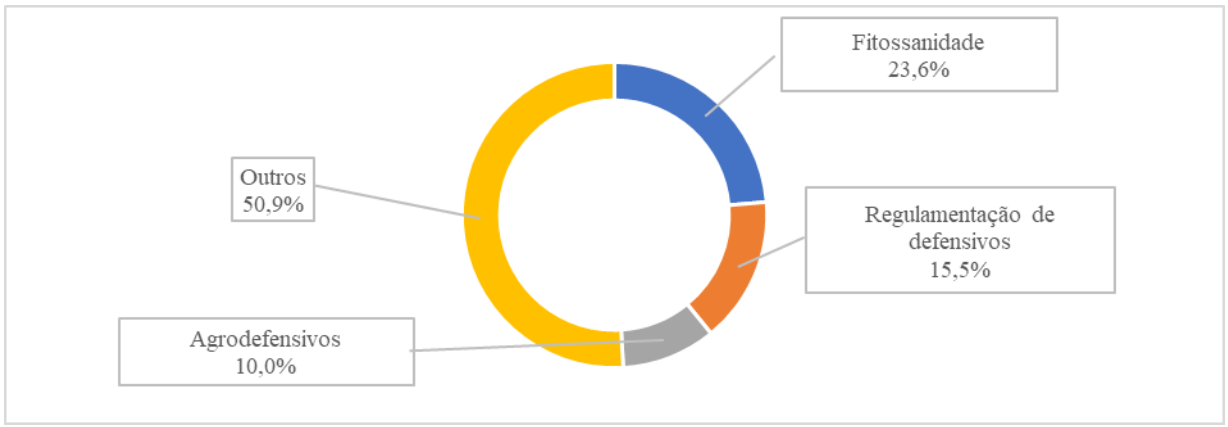


Figura 5 – Importância relativa dos subtemas da "Questões Sanitárias" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

"Políticas públicas e agrícolas" (Figura 7) foi o tema que ocupou a quinta colocação entre os mais presentes, com destaque para o subtema "Financiamento" (40,8%) que constantemente tratava sobre o crédito rural, que tem sido o principal instrumento de política agrícola para o desenvolvimento desse setor no Brasil, promovendo o estímulo e apoio à agropecuária (WEDEKIN, 2019). A política de "seguro rural" concentrando 16,3% das demandas também esteve presente nas demandas e é fundamental para mitigar riscos tanto do produtor como das instituições financiadoras, colaborando para maior estabilidade do setor.

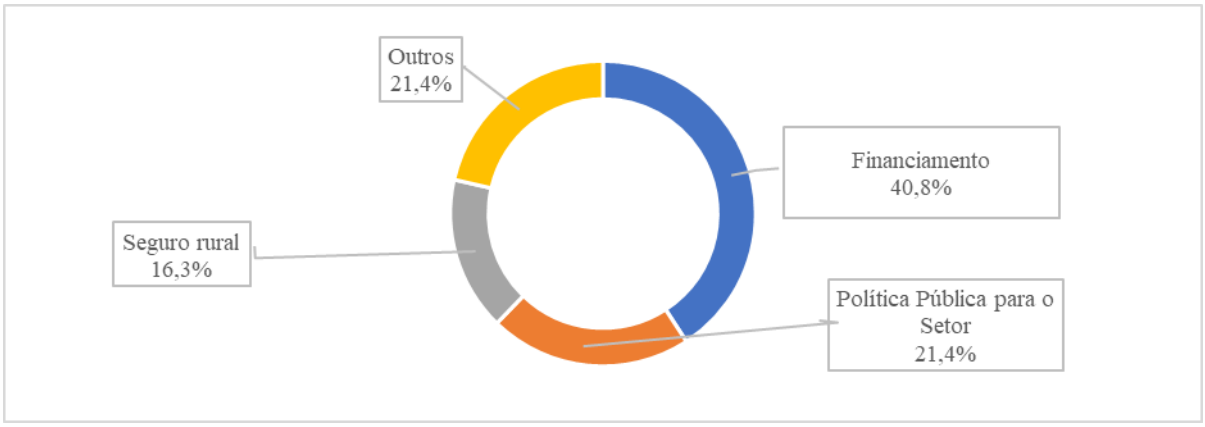


Figura 6 – Importância relativa dos subtemas da "Políticas Públicas e Agrícolas" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Na temática que se referiu ao "Fortalecimento da cadeia produtiva", destacam-se os subtemas compreendidos por: "Informações gerais do setor" (conjuntura, estatísticas e outros) com o equivalente a 47,4% das citações, seguido por "Incentivos específicos na produção (11,3%) e "Boas práticas de produção", com 8,2%. Outros subtemas compreenderam 33,3% das discussões relativas a esse tema (Figura 7).

A saber, o subtema "Informações gerais do setor" refere-se às demandas da cadeia no sentido de obter dados conjunturais, estatísticas, linhas de pesquisa que auxiliam na tomada de decisão por diferentes agentes da cadeia. A exemplo disso, cita-se a CS de Milho que não dispunha de informações a respeito da oferta e demanda da produção de milho no estado e Brasil. Tal demanda foi solucionada e se tornou assunto presente nas reuniões.

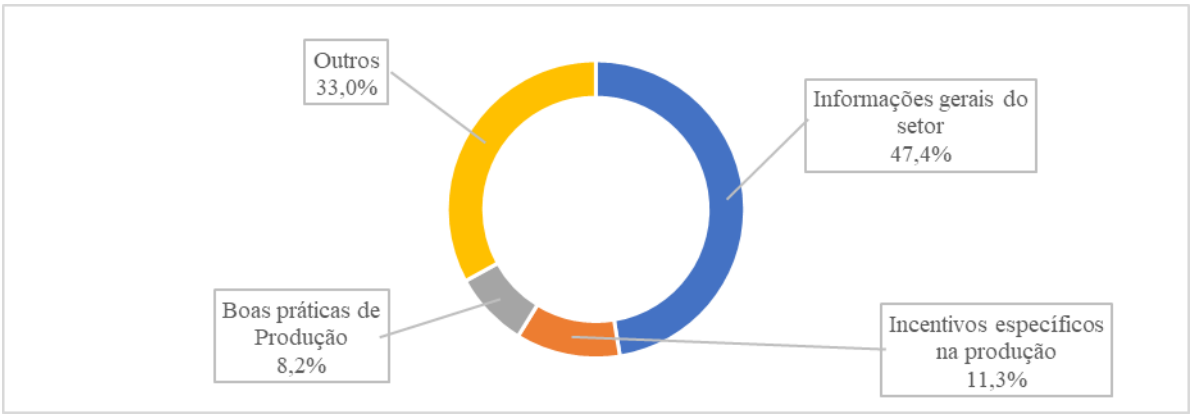


Figura 7 – Importância relativa dos subtemas do "Fortalecimento da Cadeia Produtiva" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

O tema "Estratégias de mercado" concentrou 7,8% das demandas. Ainda que com número menor de pleitos, esse tema aparece quando as CSs detectavam fragilidades e preocupações na questão de competitividade de seus produtos e subprodutos. Dessa forma, o tema debatido abordava os seguintes subtemas: "Marketing" (rotas, feiras e outros) e "Certificação" como os mais discutidos com 36,4% e 18,2%, respectivamente, seguidos de Comercialização (14,3%) (Figura 8). Esse tema evidencia a preocupação da cadeia produtiva em promover seu(s) produto(s) diante da necessidade de ganhar maior competitividade, seja

essa estratégia realizada por meio de selos, marcas e certificações e, passando pela questão de visibilidade de feiras e festas até por questões territoriais como rotas e circuitos.

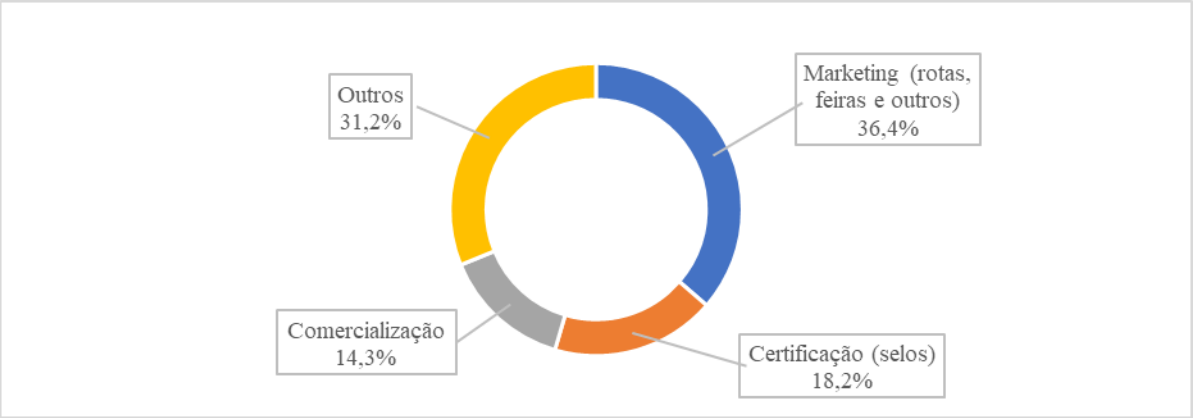


Figura 8 – Importância relativa dos subtemas da "Estratégias de Mercado" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Os temas menos discutidos nas foram "Tributação", o destaque foi o subtema "ICMS" com 85,5%, "Incentivos" (8,7%), "Taxas e contribuições" (4,3%) e outros (1,4%) (Figura 9).

O tema "Tributação" com 7,0% das demandas teve a peculiaridade de ser abordado por todas as CSs de formas semelhantes a todos os pleitos, mas nem sempre se chega a uma solução sobre os subtemas tratados. Esse é caso do ICMS com 85,9% das reivindicações nessa temática, que apesar de ser uma demanda frequente das CSs da SAA, esbarra no poder de decisão de outro órgão, a Secretaria da Fazenda. Outro subtema de difícil solução é "Taxas e contribuições", pleito frequente na busca de redução dos tributos (Figura 9).

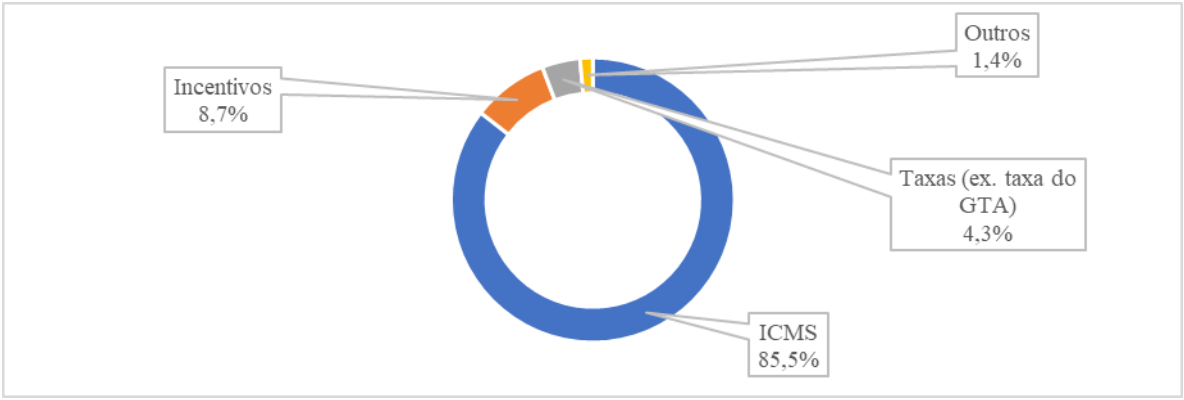


Figura 9 – Importância relativa dos subtemas da "Tributação" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

O tema "Assistência técnica e extensão rural" (ATER) registrou 6,1% das demandas das CSs. Os subtemas mais relevantes foram "Treinamento/capacitação" (35,0%), "Fornecimento de sementes e mudas" (31,7%) e "Práticas agrícolas", com 11,7% (Figura 10). Na CS de Borracha Natural, por exemplo, treinamento de produtores e viveiristas e produção de mudas, foram temas muito discutidos.

Vale ressaltar que os temas afeitos a ATER, são pleitos, como no caso do tema "Pesquisa", que requerem a necessidade de o Estado aumentar o investimento na área, visto

que a ATER é o canal direto de transferência de conhecimento e de novas tecnologias para o produtor rural, além de promover sua capacitação. Lembrando que a assistência pública é a principal forma de extensão que os pequenos e médios produtores rurais dispõem.

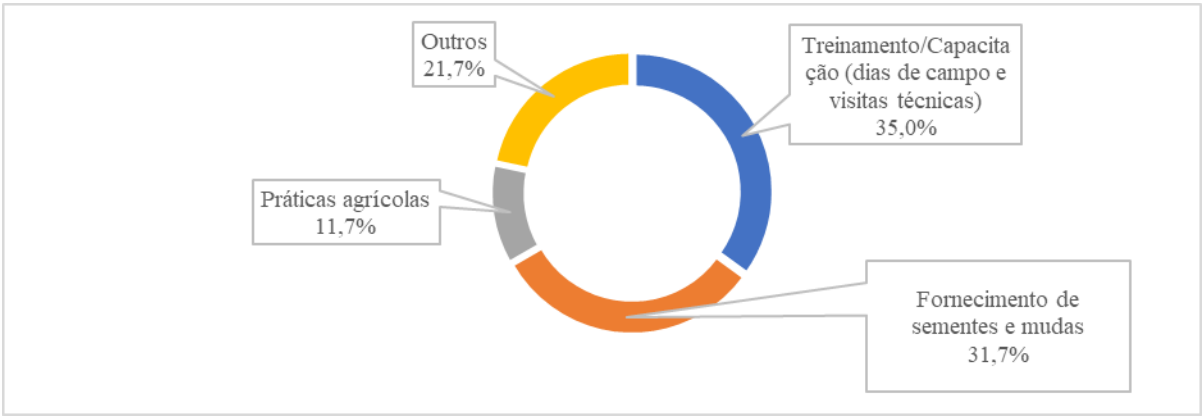


Figura 10 – Importância relativa dos subtemas da "Assistência Técnica e Extensão Rural" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

E, por fim, o tema "Questões ambientais" presente em apenas 2,0% das demandas, teve como subtemas mais presentes o "Licenciamento" (55,0%), "Risco ambiental" (25,0%), "APP e reserva legal" (10,0%) (Figura 11). Cabe salientar que "Questões ambientais" foi o tema menos discutido dentre todas as temáticas presentes nas reuniões das CSs no período analisado, tendo destaque a necessidade de interlocução com órgãos ambientais. As poucas demandas sobre o tema podem refletir a aceitação do cumprimento da legislação, a exemplo do Código Florestal, implicando em um menor conflito entre as duas áreas.

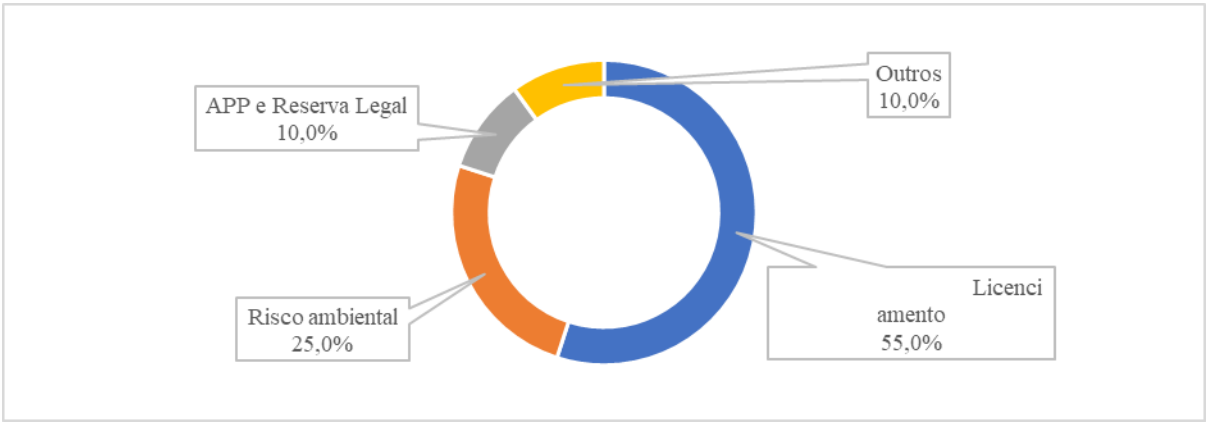


Figura 11 – Importância relativa dos subtemas citados no tema "Questões Ambientais" (categoria demandas) nas reuniões das CSs da SAA-SP selecionadas, de 2011 a 2020.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Conclusões

Constatou-se que no período analisado há uma irregularidade no número de reuniões das CSs. Algumas apresentaram-se mais ativas que outras como foi o caso da CS da Borracha e da Agricultura Ecológica. Outras CSs, em média, se reuniram uma vez ao ano e boa parte apresentou ausência de reuniões por longos períodos. Tais fatos comprometem a eficácia das

reuniões, tanto no sentido de apontar novos problemas que afetam a estrutura das cadeias produtivas, como o andamento e a busca de soluções efetivas.

O esforço de análise das informações, contidas nas atas das reuniões das CSs da SAA-SP no período de 2011 a 2020, revelou que a dinâmica das reuniões, em parte assume um caráter informativo para todos os elos da cadeia produtiva, sendo que 44,4% dos assuntos tratados em todas as reuniões referiram-se às exposições, palestras de diferentes agentes tanto do setor público como do privado. Isso é um ponto positivo a ser considerado, pois homogeneíza o conhecimento entre os diferentes membros e pode ser um facilitador para formalizar as demandas e dar melhores encaminhamentos às problemáticas das cadeias produtivas.

A respeito das demandas formalizadas em reuniões, elas representaram 55,6% dos assuntos tratados. Porém, com a análise feita a partir da exploração do banco de dados, o fluxo não é distribuído homogeneamente, uma vez que a maior parte das demandas foram formalizadas (54,6%) e constantemente discutidas em reuniões (41,2%), mas poucas solucionadas (4,2%). Isto demonstra que as CSs conseguem identificar problemas que afetam as cadeias produtivas, porém detectou-se dificuldade na formalização das demandas e definição para qual órgão, interno ou externo a SAA-SP, possa ser encaminhado para solução.

O levantamento evidenciou que há carência de dados estruturais e conjunturais em diversas cadeias produtivas, que gera um problema de assimetria de informações entre os diferentes elos. Esse problema dificulta o entendimento de questões relevantes que afetam os diversos agentes e comprometem a formalização de um pleito comum. Tais aspectos foram detectados na temática “Fortalecimento da cadeia produtiva”, no qual o subtema “Informações gerais do setor” apontou esse fato. A exemplo, a CS de Milho que pleiteava informações sobre oferta e demanda desse produto no mercado brasileiro. Tal pleito foi solucionado e a divulgação de informações sobre esse produto agrícola tornou-se assunto permanente nesta CS.

A pesquisa com base nos registros das falas dos presentes revelou que há fragilidade na representação de determinados elos das cadeias produtivas, verificada em boa parte das CSs. Em algumas, há a participação mais contundente do setor agropecuário representado por agentes do sistema produtivo e em outras, do setor de processamento. E na maioria, a ausência de representantes dos outros elos como do setor varejista, que não aparecem nas falas dos debates. Além disso, nas atas não havia discriminação entre membros e visitantes e a que elos pertenciam. Também, na maioria, não continham as listas de presença.

Notou-se também que muitos assuntos tratados no tema “Assistência técnica e extensão rural” envolviam questões sobre trabalhadores rurais, aprendizado rural, cursos de capacitação, escassez de mão de obra e outros. No entanto, tais assuntos eram discutidos e problematizados pelos elos das cadeias, mas não envolviam agentes representantes dos trabalhadores rurais nas CSs fragilizando o debate e soluções mais aderentes a essa categoria trabalhista.

Percebeu-se que muitas vezes o número de reuniões, encaminhamentos e soluções dependem do engajamento tanto do coordenador das CSs quanto do próprio secretário da pasta executiva. Sugere-se, como planejamento futuro, que as reuniões estejam dentro de uma ação programática da SAA-SP.

Os assuntos pautados e formalizados, devem ser efetivamente definidos pelos membros das CSs e os encaminhamentos resultantes acolhidos, tanto pelo Gabinete do Secretário quanto pelo seu corpo técnico, para ampliar o número de soluções.

O trabalho identificou que a coordenação das CSs não avaliou a possibilidade de integrar os debates entre as Câmaras Setoriais das cadeias produtivas e Temáticas, pois observou-se que alguns temas são comuns a várias CSs. É o caso da falta de registros para

agrodefensivos em culturas de menor expressão (*minor crops*), que poderia ser debatida na Câmara Temática de Insumos agrícolas e pecuários por ser pauta recorrente em diversas CSs. Por outo lado, o assunto tributário, especialmente ICMs, é pertinente a várias CSs o que leva a sugestão da criação de uma Câmara de Tributação. Alguns temas poderiam ser discutidos juntos, nas Câmaras Temáticas, convergindo para soluções eficazes e comum a todos, poupando tempo e recursos humanos.

O material utilizado nesta pesquisa também mostrou pontos que podem ser aprimorados pela coordenação das CSs. Tal fato foi detectado nas atas utilizadas, pois elas apresentaram alterações em sua estrutura ao longo do tempo. Em certos períodos, elas são sintéticas demais ou mal elaboradas, por vezes sem pauta e outras com a ausência do registro das demandas formalizadas, dificultando a compreensão dos rumos dos assuntos tratados. Percebeu-se também que possivelmente, muitas vezes as atas parecem não terem sido revisadas pelos membros das CSs.

Todos esses aspectos comprometem a qualidade da informação divulgada e até mesmo a retomada de assuntos em reuniões posteriores. Destaca-se que essas atas são acervo histórico para o entendimento da dinâmica das cadeias produtivas. Dessa forma, sugere-se resgatar o formato original da ata, "documento utilizado principalmente no contexto profissional ou institucional para manter o registro de decisões e argumentos apresentados em reunião. Ela é importante para a organização de informações, consulta de decisões, cobrança de resultados e proteção jurídica" (DICIONÁRIO DIREITO, 2023). Tal ata é um documento institucional que deve ser preservado, preferencialmente nos dias de hoje, em formato digital, e que possa ser consultado conforme a necessidade de quaisquer usuários.

Um fato positivo foi o início de reuniões virtuais durante e pós-pandemia da Covid-19 e podem se mostrar como soluções eficazes para atrair cada vez mais membros e visitantes para as reuniões das CSs, bem como tornar o número dessas reuniões mais frequente, fato constatado como baixo ao longo do período. De certa forma isso resolve uma demanda de várias CSs que propunham maior rotatividade das reuniões pelo estado, buscando maior participação dos membros.

Após o amplo estudo, cabem algumas sugestões para aprimorar o trabalho das CSs: 1. Melhorar a elaboração das atas, que são documentos históricos importantes; 2. Explicitar claramente o conteúdo das discussões abordadas, as demandas definidas, seus encaminhamentos e atendimentos/resoluções; 2. Incluir os anexos e listas de presença nas atas disponibilizadas no *site* da SAA-SP; 3. Evitar mudanças de endereço virtual no site da SAA-SP; 4. Especificar, na ata, quem são os membros, que elos representam e quem são os convidados, viabilizar o acesso a lista de presença e incluir as justificativas de ausência; 5. Adotar o trabalho transversal das CSs com as Câmaras Temáticas, levando os pontos comuns para serem debatidos nesse fórum, criando um canal construtivo e facilitador.

Frente a essas constatações, cabe refletir do porque esse fórum tem tido problemas para efetivar soluções para as cadeias produtivas, não cumprindo o seu papel primordial. Há algumas possibilidades que podem explicar esse fato: a assimetria de informações entre os diferentes elos das cadeias produtivas; o papel das distintas coordenações nos encaminhamentos e condução dos trabalhos das CS e o destaque que cada titular da pasta dá ao fórum.

Essa pesquisa traz subsídios que podem facilitar a utilização do sistema desenvolvido para classificar os assuntos tratados em cada reunião, os temas abordados, seus subtemas e os encaminhamentos para cada questão. Com sua adoção, a SAA-SP teria um banco de dados organizado das CSs, que facilitaria sua gestão e se, disponibilizado no *site*, possibilitaria o acesso da sociedade às informações.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA. Árvore do conhecimento. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/ovinos_de_corte/arvore/CONT000fwf8r72302wyiv807fiqu9fv1p99n.html . Acesso em: 27 Mai. 2022.

BORTOLETO, E. E. ET AL. Este livro faz parte de uma coleção...{Orelha do livro}. In. Leite: realidade e perspectivas. São Paulo: SAA, 1997. Coleção Cadeias de Produção da Agricultura, 3.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia da Política de Governança Pública, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-polit . ica-de-governanca-publica. Acesso em 27 Mai 2022.

COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA. Emissão de Permissão de Trânsito Vegetal. Disponível em: https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/www/servicos/?/emissao-de-permissao-detransito-vegetal-ptv/&cod=43. Acesso em: 27 Mai 2022.

DICIONÁRIO DIREITO. O que é Ata? Para que Serve? Como Fazer? Modelo Pronto. Disponível em: https://dicionariodireito.com.br/ata. Acesso em:17 Fev 2023

GOVERNO DO BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.203, de 22-11-2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 27 Mai 2022.

_____ Serviços e Informações. Agricultura e Pecuária. Habilitar-se para emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA). Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/habilitar-se-para-emissao-da-guia-de-transitoanimal. Acesso em: 27 Mai 2022.

GUANZIROLI, C. H.; BASCO, C. A.; ORTEGA, M. Regulação ou Cooptação? A ação do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina, **Anais**... Londrina: SOBER, 2007. CD-ROM.

MASCARENHAS, K. Micotoxinas: vilã dos grãos que podem afetar a saúde humana e animal. PORTAL UFLA, Universidade Federal de Lavras, atualizado em 21/09/2021. Disponível em: https://ufla.br/noticias/pesquisa/12207-micotoxinas-vila-dos-graos-que-pode-afetar-a-saude-humana-e-animal. Acesso em: 15 Ago 2022.

MENDES, J. T. G. Comercialização Agrícola. Ministério da Educação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, p. 30. Pato Branco, PR, 2007. Disponível em: Acesso em: 18 Jan 2023.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Zoneamento Agrícola, 12 Mar 2021. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-riscoclimatico/zoneamento-agricola. Acesso em 30 Mai 2022.

PECHE FILHO, A. Boas Práticas ambientais na agricultura. Jornal Dia de Campo. 15/08/2022. Disponível em:

http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=31697&secao=Artigos%20Especiais. Acesso em: 27 Mai 2022.

PITHAN-SILVA, R. O.; STAUDT, N. P.; VERDI. A. R. Câmaras Setoriais do Agronegócio Paulista: o novo papel do Estado junto à sociedade civil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 4, abr. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei 797 de 1997, Seção I, p 67, 01/10/1991. São Paulo. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1991%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fsetembro%2f26%2fpag_0065_26A0UB71R1CBBe4ECU964B1MNM6.pdf&pagina=65&data=26/09/1991&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10065 Acesso em: 18 Mai 2022

_____. Lei 7.774 de 06-04-1992. Institui o Conselho de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo Seção I, p. 2 São Paulo, 18 de Abr 1992. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1992%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f07%2fpag_0002_ESASAPB8EC4CEe01ELUPKFC9EAG.pdf&pagina=2&data=07/04/1992&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10002. Acesso em: 18 Mai 2022.

_____. Resolução SAA de 17/07/1997. Reorganiza as Câmaras Setoriais especializadas em produtos, insumos, comercialização...Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, seção I, pág 7, 18 Jul 1997. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1997%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fjulho%2f18%2fpag_0007_3GCKV5FANV6VHe5UUA75643JB6S.pdf&pagina=7&data=18/07/1997&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10007. Acesso em: 18 Jul 2022.

_____Secretaria de Agricultura e Abastecimento, O presente relatório sintetiza os resultados do programa de trabalho para o setor agrícola paulista..., Diário Oficial do Estado de São Paulo, Suplemento Poder Legislativo, p. 19, 01 Mai 1998. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1998%2fsuplemento%2flegislativo%2fmaio%2f01%2fpag_0019_FC4PS4BMRH09Ue5GP87B7M9OF84.pdf&pagina=19&data=01/05/1998&caderno=Suplemento%20-%20Legislativo&paginaordenacao=10019. Acesso em 20 Mai_2022.

_____. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Suplemento Poder Legislativo, p. 31, 31 Mai 2011. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2011%2fsuplemento%2flegislativo%2fmaio%2f31%2fpag_0031_6D56N2BBAEV2Ie0OP619SNENT8S.pdf&pagina=31&data=31/05/2011&caderno=Suplemento%20-%20Legislativo&paginaordenacao=100031. Acesso em: 18 Jan 2023

SCHIESARI, L. Defensivos Agrícolas – Como evitar danos à saúde e ao meio ambiente. Série Boas Práticas 8, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. 12 p., 2012. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2012/08/defensivos_agri%CC%81colas_como_evitar_danos_a%CC%80.pdf Acesso em: 15 Ago 2022.

SCHMIDTKE, C. R. et al. Câmaras Setoriais do Agronegócio brasileiro: uma abordagem voltada à Nova Economia Institucional. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL 45 Julho 23-27, 2006, Fortaleza, Ceará. Disponível em: https://ageconsearch.umn.edu/record/148599. Acesso em: 18 Fev 2022.

STAUDT, N.; P. PITHAN-SILVA, R. O. P. E; VERDI, A. R. Pesquisa científica e Câmaras Setoriais do agronegócio: uma pareceria efetiva. Informações Econômicas, SP, v. 41, n.3, mar. 2011. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2011/tec2-0311.pdf. Acesso em: 18 Jan 2023.

WEDEKIN, I.; HONCZAR, G.; PINAZZA, L.A.; ROSA, B.; GUIMARÃES, E.; SERIGATI, F.; LEMOS, F.K.; ANJOS, J.M. dos; OZAKI, V.; LIMA, R.C.A.; RAMOS, S.Y.; BURANELO, R.; MARQUES, E.S.; ARAÚJO, W.V. de; MACHADO, R.R.B.; CONTINI, E.; COURI, J.; ALVES, E.; VEGRO, C. Política agrícola no Brasil: o agronegócio na perspectiva global. São Paulo: WDK Agronegócio, 2019. 356p.